

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÉMICAS E  
LINHAS ORIENTADORAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL**

**LIVRO II  
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÉMICAS DO IPS**

**CAPÍTULO II  
ACESSO E INGRESSO NOS CURSOS DO IPS**

**SECÇÃO IV  
PROVAS ESPECIALMENTE ADEQUADAS DESTINADAS A AVALIAR A  
CAPACIDADE PARA A FREQUÊNCIA DOS CURSOS SUPERIORES DO IPS  
DOS MAIORES DE 23 ANOS**

**Artigo 94.º  
Âmbito**

A presente secção regula as Provas M23 do IPS, regulamentadas pelo Decreto-Lei 64/2006, de 21 de março.

**Artigo 95.º  
Condições para requerer a inscrição**

Podem inscrever-se para a realização das Provas M23 do IPS, os candidatos que completem 23 anos de idade até ao dia 31 de dezembro do ano que antecede a realização das provas.

**Artigo 96.º  
Inscrição**

1. Os candidatos podem inscrever-se para a realização das provas relativas a um ou mais cursos.
2. A inscrição para a realização das provas é apresentada na DA do IPS.
3. A inscrição é efetuada mediante a entrega de boletim de inscrição e documentos anexos exigidos para cada par escola/curso, bem como pagamento dos emolumentos previstos na Tabela de Taxas e Emolumentos do IPS.

**Artigo 97.º  
Prazo de inscrição e calendário de realização das provas**

1. O prazo de inscrição e o calendário geral de realização das provas são fixados anualmente por despacho do Presidente do IPS, publicado no Diário da República e divulgado no portal do IPS.
2. O calendário abrange todas as ações relacionadas com as provas, incluindo os intervalos dentro dos quais devem ser fixados os prazos cuja determinação seja da competência dos júris previstos na presente secção, de acordo com o artigo 15.º.

**Artigo 98.º**  
**Componentes da avaliação**

1. A avaliação da capacidade para a frequência de um curso superior no IPS integra três componentes obrigatórias:
  - a) A avaliação do currículo escolar e profissional do candidato, apresentado em documento próprio anexo ao boletim de inscrição;
  - b) A avaliação das motivações do candidato para o ingresso no par escola/curso, expressas em documento próprio anexo ao boletim de inscrição;
  - c) A realização de uma prova de avaliação de conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso e progressão no ensino superior e no curso em que o candidato se pretende matricular.
2. A avaliação pode ainda incluir a realização de uma entrevista, em caso de empate entre os candidatos.

**Artigo 99.º**  
**Periodicidade**

As provas são realizadas anualmente.

**Artigo 100.º**  
**Avaliação do currículo e das motivações**

1. O júri aprecia a relevância do currículo escolar e profissional do candidato para o curso a que este se candidata, classificando-o na escala de classificação portuguesa.
2. O júri avalia as motivações do candidato para a frequência do curso, classificando-as na escala de classificação portuguesa.
3. As classificações a que se referem os números anteriores podem, caso o júri entenda necessário, ser baseadas também no resultado de uma entrevista com o candidato.

**Artigo 101.º**  
**Prova de avaliação de conhecimentos**

1. A forma e o conteúdo da prova a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 98.**Error! Reference source not found.**º são definidos, para cada curso, pelo júri do concurso e aprovados pelo CTC da escola em que aquele é ministrado.
2. As regras a que se refere o número anterior são afixadas na escola e divulgadas no portal do IPS.
3. O local, data e hora de realização da prova de conhecimentos são definidos pelo júri, afixados na escola e divulgados no portal do IPS até 3 (três) dias úteis antes da realização da mesma.
4. A prova é classificada na escala de classificação portuguesa.

**Artigo 102.º**  
**Entrevista**

1. Caso o júri decida pela realização de entrevista, procederá à marcação das datas, horas e locais da sua realização, de acordo com o calendário previsto no artigo 97.**Error! Reference source not found.**º da presente secção.
2. A divulgação das datas das entrevistas é efetuada até 3 (três) dias úteis antes da sua realização, através de afixação na escola respetiva e publicitação no portal do IPS.

**Artigo 103.º**  
**Classificação**

1. A classificação final é obtida através da seguinte ponderação das diferentes componentes de avaliação do candidato:
  - a) 50% da classificação atribuída ao currículo escolar e profissional;
  - b) 20% da classificação atribuída às motivações;
  - c) 30% da classificação obtida na prova de conhecimentos.
2. Aos candidatos aprovados, o júri atribui uma classificação final, expressa no intervalo 10-20 da escala de classificação portuguesa.
3. Caso a classificação final seja inferior a 10, o candidato será classificado como Não Aprovado.
4. A classificação final é tornada pública através da afixação de uma pauta, com os resultados, nas escolas e divulgada no portal do IPS.

**Artigo 104.º**  
**Efeitos e validade**

A aprovação nas provas a que se refere a presente secção constitui requisito para a candidatura aos Concursos Especiais do IPS, sendo válida no ano da aprovação e nos dois anos letivos subsequentes.